

A SUPREMA CORTE E O "NEW DEAL"

ADHEMAR FERREIRA MACIEL*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A Constituição norte-americana – observa o publicista português Jorge Miranda – é rígida por um lado, porque exige quórum qualificado e aprovação estadual para ser modificada; por outro lado, não deixa de ser elástica, uma vez que vem sendo, ao longo de 200 anos, metamorfoseada, sobretudo pela ação dos tribunais.

A Suprema Corte dos Estados Unidos, embora não seja um tribunal exclusivamente constitucional, é, por certo, de todos os tribunais do mundo, o que mais politicamente decide e influi, bem de perto, na vida cotidiana do cidadão americano. Afinal, a Constituição estaduniense, por ser sintética e elaborada em outra época, acaba por ensejar maior liberdade de interpretação e, por conseguinte, de "construções".

Grandes questões, às vezes com roupagem de pequenas causas, têm desaguadouro naquele Tribunal. Assim se deu com o famoso caso "Roe v. Wade", onde uma moça pobre, de 25 anos de idade, ao andar por uma estrada rural foi atacada e estuprada por uma quadrilha formada por três homens e duas mulheres. Ficou grávida. Quis submeter-se a um aborto médico, que não era permitido pelas leis de seu Estado (Texas). Ao ser informada por seu advogado que seu caso seria examinado pela mais alta Corte do país, não teve outra expressão senão a de espanto: "Meu Deus, toda aquela gente tão importante. Eles não têm tempo para escutar uma velha e insignificante moça do Texas, que se meteu em dificuldades".

Agora, em outro caso - noticiam os jornais do mundo inteiro –, numa votação folgada (apenas o voto do católico Scalia contra), a Suprema Corte acaba de decidir que aquele que se achar com doença

incurável, já em vida vegetativa, desde que já tenha manifestado sua vontade, tem o direito de morrer em paz, longe da parafernália médica.

Por maior razão, também grandes temas, de alto interesse político e econômico, acabam por esbarrar na Suprema Corte.

Muitas vezes, um tribunal, pela visão empedernida de alguns de seus juízes, pode atravancar o progresso do país, onde as leis são sistematicamente postas em confronto com a Constituição. Afinal, quem diz se uma lei ordinária é ou não constitucional é o juiz. E o juiz, por sua formação moral, social, até acadêmica e histórica, pode influir na subjetividade interpretativa de um texto legal.

Pois bem, o presidente Franklin Delano Roosevelt passou por experiência amarga quando viu cair uma a uma as leis cujos projetos ele tinha enviado ao Congresso para arrancar os Estados Unidos da Depressão do final dos anos vinte. Assim, a Lei de Recuperação Nacional, de 1935, foi dada por inconstitucional no caso "Schechter Poultry v. United States". Em seguida, chegou a vez da Lei de Reajuste da Agricultura ("Butlerv. United States"). Outras não foram as sortes da Lei de Conservação do Carvão ("Carter v. Carter Coal Co") e da Lei de Salário Mínimo ("More-head v. Tipaldo").

Desesperado, Roosevelt procurou uma fórmula para demover os cinco juízes da Suprema Corte que sistematicamente votavam contra seu "New Deal". Queria salvar o país e o Judiciário não deixava.

Em cinco de fevereiro de 1937, quando já estava no seu segundo mandato eletivo, anunciou que enviaria para o Congresso um projeto de lei que ficou conhecido como o "Court-Packing Plan". Consistia tal projeto no seguinte: todas as vezes que um juiz atingisse 70 anos e não quisesse se aposentar, o presidente da República teria o direito de indicar mais um "justice" para a Corte. De seus sistemáticos opositores,

Van Devanter tinha 78 anos, McReynolds e Sutherland já tinham passado dos 75 e Butler já estava na casa dos 71.

Houve um reboiço geral no país, O presidente, com o fim de poder contar com novas mentalidades estava querendo influenciar na instituição mais sagrada dos Estados Unidos: o Judiciário.

Um dos maiores juízes da Suprema Corte e um dos entusiastas do "New Deal" era o octogenário Louis Brandeis, que ficou indignado com Roosevelt.

O projeto do "Court-Packing" não ganhou corpo e foi definitivamente arquivado no Senado. Mas, o importante é que o presidente Roosevelt acabou por conseguir votações favoráveis na Corte. Van Devanter se aposentou e os outros acabaram por entender o alto propósito presidencial. Com o passar do tempo, vagas surgiram e o presidente pode nomear juízes com novas idéias, como Hugo Black, Stanley Reed, Felix Frankfurter e William Douglas.

As instituições não foram arranhadas e o "New Deal" pode ser implantado, transformando os Estados Unidos num dos países mais prósperos e modernos do mundo.